ROTEIRO para elaboração de Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade – EPAEB

4 Novembro 2025

Apoio técnico: The Nature Conservancy Brasil

Financeiadores: Instituto Tecnológico Vale; Vale; cooperação alemã DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Co-financiado por: Noruega

Implementado por: giz

Como parte do: NBSAP accelerator partnership

Realização: ABEMA; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Governo Federal Brasil União e Reconstrução

ROTEIRO para elaboração de Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade – EPAEB

4 Novembro 2025

FICHA TÉCNICA

Copyright © 2025 – ABEMA |

Todos os direitos desta publicação são reservados à ABEMA

REALIZAÇÃO

ABEMA

Eduardo Costa Taveira - Presidente

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA)

Membros da Câmara Técnica de Biodiversidade (entrevistados)

MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Ministra de Estado

MARINA SILVA

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretário-Executivo

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

SECRETARIA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE, FLORESTAS E DIREITOS ANIMAIS

Secretária Nacional

RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

Diretor

BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS

CONTEÚDO E COORDENAÇÃO

Elise Dalmaso Mantuano (Vallie Gestão Estratégica)

Oliver Hillel

REVISÃO

Carolina Ramalho Santos (Vallie Gestão Estratégica)

Sigrid Wiederhecker (Vallie Gestão Estratégica)

DIREÇÃO DE ARTE

Sigrid Wiederhecker - Vallie Gestão Estratégica

REVISÃO TÉCNICA

Cláudio Klemz (TNC)

Doris Santos (ABEMA)

Karen Oliveira (TNC)

Nadinni Oliveira (MMA)

Paul Dale (ABEMA)

Simone Takahashi (GIZ)

Entrevistados

1. Alberto Gomes de Brito - SEMA/DF
2. Alexandre José Machado Bragança - SEMA/AP
3. Ana Cristina Trevelin - SEMADESC/MS
4. Angélica Ritter - SEMA/RS
5. Bárbara Lopes - SEMAS/PE
6. Carolina Born Toffoli - SEMIL/SP
7. Cátia Viviane Gonçalves - SEMA/RS
8. Clarissa Coelho - SEMA/MA
9. Daniela Abreu - SEMA/AP
10. Deise Delfino - SEAS/RJ INEA
11. Doris Day Santos da Silva - SEMA/CE
12. Euryandro Ribeiro Costa - SEMA/AP
13. Fábio Bolzan - SEMADESC/MS
14. Gabriela da Cunha Souza - SEMA/RS
15. George Emanuel de Souza Romeiro - SEMA/CE
20. Jerônimo Dias dos Santos - SEMA/AP
21. Juliana Menezes de Carvalho - SEMA/MT
22. Laís de Morais Rêgo Silva - SEMA/MA
23. Laís Mozzaquattro - RS · SEMA
24. Leandro Guimarães - IEF/MG
25. Lorena Miranda - IEF/MG
26. Lucas Silva- SEMA/CE
27. Luísa Helena Rocha da Silva - SEMA/DF
28. Marcelo Rebouças da Silva - SEMA/CE
29. Margareth Marques dos Santos - SEMA/MA
30. Maíra Braga - SEMAS/PE
31. Mariana Beauclair - SEAS/RJ
32. Mariana Oliveira - SEMAS/PA
33. Marilene Vasconcelos da Silva Brazil - SEMAPI/AC
34. Marta Lamparelli - CETESB/SP
38. Paloma Rocha Arakaki Henriques - SEMIL/SP
39. Patricia Ferreira Tavares - CPRH/PE
40. Patricia Rosa- IAT/PR
41. Paul Dale - SEMIL/SP
42. Pietro Matheus Pereira Santos SEMA/DF
43. Raquel Lozano - SEMIL/SP
44. Renata Lopes - SEAS/RJ
45. Roberto Diniz - IEF/MG
46. Sanny Costa Saggin - SEMA/MT
47. Savana de F. Nunes - SEAMA/ IEMA/ES
48. Sylvio Venturolli - SEMA/DF
49. Thaís Volpi - SEAMA/ IEMA/ES
50. Valquiria Biscaia - SEDEST/PR
51. Wilker Sales - SEMA/CE

16. Giovanna Soares Romeiro Rodrigues - SEMA/CE
17. Guthierry Bianchi - SEMA/DF
18. Henrique Gomes - IEF/MG
19. Janaína Aguiar- IEF/MG
35. Nara Lucia - SEDEST/PR
36. Nívia Glaucia P. P. - SEMAS/PA
37. Palmira Ferreira - SEMAS/PA

CONTEÚDO

Entrevistados **10**

CONTEÚDO **11**

A - Contexto e Justificativa – por que fazer a EPAEB agora? **14**

B - A Carta ABEMA e seus 25 compromissos – reflexo das Metas Globais de Kunming-Montreal **21**

C - Roteiro Nacional ABEMA para EPAEBs: Trilhas da Transformação **23**

1) Preparar a Jornada — criar condições para começar bem 24
2) Engajar e Escutar — ampliar vozes e legitimidade 25
3) Definir a Estratégia — o coração da EPAEB 26
4) Implementar com Agilidade — tirar do papel com consistência 27
5) Monitorar, Avaliar e Ajustar Cíclica e Continuamente — manter o plano vivo 28

D - Modelo para EPAEB (Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade) – a estrutura básica **29**
E- A EPAEB — do papel à prática: compromisso, cadência e cooperação **38**
F -REFERÊNCIAS **39**

Esse roteiro executivo foi extraído da versão mais operacional e completa no **"Guia Abema para elaboração de Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade – EPAEB"**, para entendimento ágil dos decisores eleitos e superintendentes na função pública, para planejamento estratégico e formatação do processo de elaboração das EPAEBs alinhadas com o processo nacional.

Seu objetivo é permitir consenso sobre a importância e sobre os principais passos, no momento presente no Brasil, para produzir EPAEBs alinhadas com a EPANB, por meio através da Camada Técnica da ABEMA.

O Guia, mais completo, adota uma visão mais detalhada, voltada para os oficiais envolvidos e especialistas que trabalham com a produção e validação das EPAEBs, com apoio a entregas iterativas, aprendizado contínuo e duas rotas de execução — "Caminho Essencial" (alto impacto e baixo custo para capacidades em consolidação) e "Caminho Estruturado" (análises, dados integrados e governança robusta) —, ambas orientadas a resultados até 2030.

Foto: natureza do Brasil.

A - Contexto e Justificativa – por que fazer a EPAEB agora?

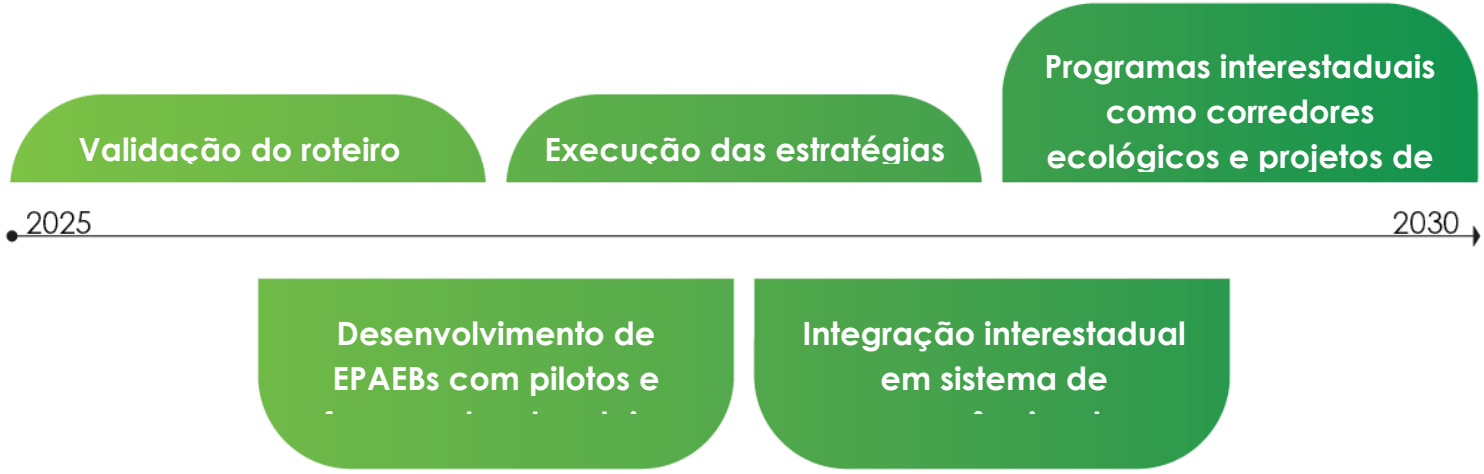
Desde a ECO-92, quando o Brasil assinou a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), os 195 países signatários assumiram o dever de "desenvolver estratégias, planos ou programas nacionais para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade" (Art. 6). O instrumento que ancora este dever são as Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB e, na sigla em inglês, NBSAP), complementada pelas Estratégias e Planos de Ação Estaduais para a Biodiversidade (EPAEB) e pelas pelas Estratégias e Planos de Ação Locais para a Biodiversidade (EPALB). No Brasil, a governança evoluiu em degraus interligados e complementares, que conectam o nível federal às realidades estaduais e locais.

O processo político da **COP30 do clima em Belém** em 2025, e a **COP 17 da biodiversidade** em Erevã, na Armênia, em 2026 representam a maior vitrine global brasileira para soluções de governança, reunindo chefes de estado, CEOs de multinacionais e gestores dos maiores fundos de investimento do mundo. A ABEMA e sua Câmara Técnica de Biodiversidade oferecem suporte técnico para estados que decidam estruturar suas EPAEBs e atuam como ponte técnica entre estados, a Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO e o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, facilitando troca de experiências, harmonização de referências metodológicas e qualificação de diagnósticos.

Trata-se de uma estratégia de Estado — e não de governo — **contínua e transversal, que precisa ser construída e implementada com múltiplos setores e com a participação ativa e ações realizadas pela sociedade civil, setor privado, academia, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.**

A Carta ABEMA de Biodiversidade já consolidou 25 compromissos alinhados com as Metas Globais do Marco Global de Kunming-Montreal para a Diversidade Biológica. O Roteiro a seguir, desenvolvido com conhecimentos colhidos da Câmara Técnica, em parceria com Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), GIZ, TNC e Instituto Tecnológico Vale, oferece orientação prática validada por processos internacionais.

A Linha do Tempo 2025-2030 da ABEMA estabelece uma trilha clara de implementação em cinco fases:



Esta progressão estruturada reduz riscos, acelera aprendizado e maximiza eficiência no uso de recursos.

Da biodiversidade à bioeconomia, da conservação ao desenvolvimento, do compromisso global à ação local – a EPAEB é o instrumento que transforma ativos naturais em prosperidade compartilhada, posicionando seu estado na vanguarda da economia do século XXI. Alguns argumentos:

- **O MULTIPLICADOR DA BIOECONOMIA**

Estudos projetam que cada real investido em bioeconomia pode gerar retornos significativos através da transformação de matérias-primas de menor valor agregado em bioprodutos sofisticados. O Observatório de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indica que a **bioeconomia representa 25,3% do PIB brasileiro, alcançando R$ 2,7 trilhões em 2023**.[1] Outro estudo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) em parceria com o SENAI projeta que a bioeconomia pode adicionar **US$ 284 bilhões anuais (aproximadamente R$ 1,5 trilhão) ao faturamento industrial brasileiro até 2050, equivalente a mais 15,1% do PIB registrado em 2023**.[2]

A criação de empregos qualificados é outro diferencial. Dados da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), compilados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostram que o Brasil já responde por **10% dos empregos verdes do mundo, com 1,27 milhão de postos de trabalho.**[3] Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), **os empregos verdes pagam, em média, 7% a mais do que os demais**.[4]

- **TECNOLOGIA AVANÇADA EM 5 ANOS, NÃO 15**

[1] Os dados mencionados estão disponíveis na seção de referências.

Parcerias estratégicas bi ou multilaterais podem acelerar drasticamente a curva de aprendizado tecnológico, via programas de geminação com acesso a patentes, know-how e redes de pesquisa consolidadas. **Transferências de tecnologia apoiadas por frameworks como a ABEMA podem reduzir a curva de aprendizado de 15 para 5 anos,** com acesso a **financiamento não-reembolsável de até 80%** em alguns programas internacionais. O projeto "Profissionais do Futuro", desenvolvido desde 2021 pela GIZ (agência de cooperação do governo alemão), Ministério da Educação (MEC) e SENAI impulsiona cooperação internacional para acelerar capacitação nas áreas de energias renováveis, bioeconomia e economia circular.[8] Estados com EPAEB articuladas posicionam-se favoravelmente para captar esses recursos e acelerar sua entrada na economia avançada.

- **LEGADO QUE TRANSCENDE MANDATOS**

Uma EPAEB bem estruturada cria estruturas permanentes que associam lideranças estaduais à transformação econômica mensurável. Os primeiros resultados podem aparecer em 2-3 anos: empresas instaladas, empregos criados e reconhecimento do estado como líder. **O Plano de Transformação Ecológica, lançado pelo Ministério da Fazenda, pode gerar mais de 2 milhões de novos empregos segundo a Ministra Marina Silva.**[10] Estudo do Instituto Amazônia 4.0, em parceria com a Ernst & Young (EY), projeta que uma rede de Hubs de **Inovação na Amazônia pode gerar 620 mil empregos verdes e movimentar R$ 8,3 bilhões anuais até 2035, com potencial de triplicar o PIB da região para R$ 700 bilhões anuais.**[9] Legados políticos se constroem sobre EPAEBs transformativas.

- **BLINDAGEM TÉCNICA E POLÍTICA**

As EPAEBs que seguem o roteiro ABEMA estarão respaldadas pelas diretrizes nacionais, definidas na EPANB, e por consenso científico global (IPBES, IPCC), pelo Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e suas 23 metas para 2030 e 4 objetivos para 2050, e por outros compromissos assumidos pelo Brasil no cenário internacional. **O Brasil,** como país megabiodiverso **responsável por 20% das espécies conhecidas do planeta**,[12] incluindo cada Estado e seu coletivo pela ABEMA, o Governo Federal, Municípios e a sociedade civil têm papel fundamental na implementação destes marcos através de normas, leis e regulamentos que envolvem todos os seus parceiros comerciais – e que coletivamente assumem, por meio das metas nacionais de biodiversidade, o compromisso de **proteger 80% do bioma Amazônica e 30% dos demais biomas terrestres e do sistema costeiro e marinho, e de restaurar 30% dos ecossistemas, terrestres, marinhos e aquáticos continentais degradados e de contribuir para a mobilização de US$ 200 bilhões anuais em financiamento**.[11] A ABEMA oferece uma Carta e um Roteiro validados, ferramentas testadas, rede de experiências e assistência técnica completa. Este suporte multissetorial facilita a aprovação legislativa e fortalece a base institucional das políticas estaduais de biodiversidade que antecipem regulamentações cujo ajuste de outra forma seria caro.

- **O CUSTO DA INAÇÃO**

Estados líderes capturam investimentos verdes, empresas inovadoras e talentos qualificados. O Governo Federal anunciou recentemente, através do Ministério da Fazenda, BNDES e Fundo Verde para o Clima (GCF), um fundo catalítico de US$ 1 bilhão com lançamento previsto para 2026, sendo o primeiro do tipo dedicado exclusivamente a um país.[13]

A COP30 do clima, em Belém em novembro de 2025, será seguida da COP 17 da biodiversidade em Ierevan, na Armênia, em outubro de 2026, são oportunidades de cooperação técnica e comercial

para líderes entre os governos subnacionais. Internacionalmente, a União Europeia estabeleceu meta de aumentar para 42,5% a 45% sua demanda por produtos bio-baseados e sustentáveis até 2030[6]. A Estratégia de Biodiversidade da União Europeia (UE) para 2030 busca proteger 30% do seu território marítimo e terrestre[7], demonstrando o alinhamento entre políticas ambientais e oportunidades comerciais. **Mercados europeus e asiáticos já exigem certificação sustentável e rastreabilidade. Estados que agirem agora serão líderes;** os que hesitarem assumem o risco de serem apenas seguidores, perdendo vantagens competitivas críticas e oportunidades de investimento que não se repetirão. A janela de oportunidade exige ação imediata, especialmente diante da competitividade crescente dos BRICS e outros blocos econômicos.

OBJETIVO 1
REDUZIR AS AMEAÇAS À DIVERSIDADE BIOLÓGICA

meta 1	Promover o **Planejamento Espacial** das Zonas Continentais, Costeiras e Marinhas
meta 2	Restaurar de **Áreas Degradadas**
meta 3	Conservar os **Ecossistemas - Áreas protegidas**
meta 4	Proteger as **Espécies Ameaçadas**
meta 5	Promover o **Uso e Comércio Sustentável** das Espécies Terrestres e Aquáticas
meta 6	Prevenir e Controlar as **Espécies Exóticas Invasoras**
meta 7	Reduzir a **Contaminação Ambiental**
meta 8	Reduzir os **Impactos da Mudança do Clima** sobre a biodiversidade

OBJETIVO 2
COBRIR AS NECESSIDADES DAS PESSOAS MEDIANTE O USO SUSTENTÁVEL E A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

meta 9	Promover a **Gestão Sustentável das Espécies**, proporcionando **Benefícios Sociais, Econômicos e Ambientais** para todos. (uso sustentável da biodiversidade)
meta 10	Promover a **Sustentabilidade na Agricultura, Aquicultura, na Pesca, Silvicultura e na Exploração Florestal**/ combate ao desmatamento e queimadas na agricultura e em demais atividades produtivas/recuperação de bacias hidrográficas
meta 11	Restaurar e Manter os **Serviços Ecossistêmicos**
meta 12	Ampliar **Espaços Verdes** nas Áreas Urbanas/**Conectividade ecológica** em espaços urbanos
meta 13	Promover a **Repartição dos Benefícios do Uso dos Recursos Genéticos e dos Conhecimentos Tradicionais** Associados.

OBJETIVO 3
FERRAMENTAS E SOLUÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E A INTEGRAÇÃO

meta 14	Integrar **Valores da Biodiversidade nas Contas Nacionais e nas Políticas Públicas**
meta 15	Promover **Atividades Empresariais Sustentáveis**
meta 16	Promover o **Consumo Sustentável**
meta 17	Promover a **Biossegurança na Biotecnologia**
meta 18	Promover a **Redução dos Subsídios Econômicos Prejudiciais**
meta 19	Ampliar o **Financiamento da Biodiversidade**
meta 20	Promover **Capacidades para Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Cooperação**
meta 21	Promover **Acesso a Dados e Conhecimentos**.
meta 22	Promover a **Participação de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais**.
meta 23	Promover **Igualdade de Gênero**

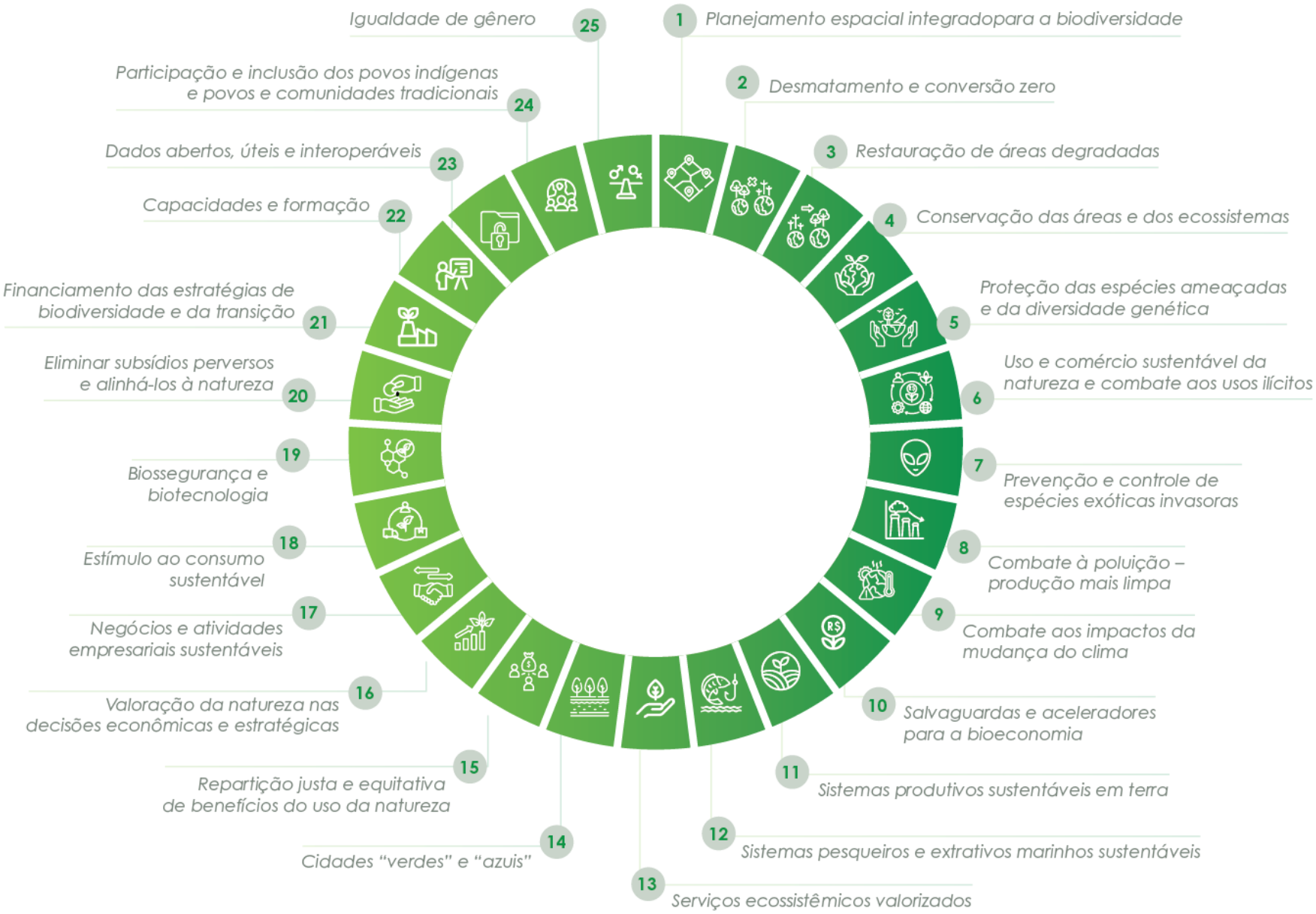
Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal

B - A Carta ABEMA e seus 25 compromissos – reflexo das Metas Globais de Kunming-Montreal

Adotado pela ONU em 2022, o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal estabeleceu 23 metas de ação até 2030, como apresenta a figura acima.

A Carta ABEMA pela Biodiversidade traduz as 23 metas de Kunming-Montreal para o contexto subnacional brasileiro, de forma alinhada com as metas nacionais de biodiversidade e o processo nacional de revisão da EPANB, orientando a formulação e a implementação das EPAEBs em todos os estados. Duas metas mais foram detalhadas (para desmatamento e para o ambiente marinho), e com isso os **25 compromissos alinham ambição global com execução territorial, conectando conservação, restauração, uso sustentável, repartição de benefícios e meios de implementação** (financiamento, conhecimento, participação social e governança). Eles foram pactuados para apoiar a CTBio/ABEMA, articular o SISNAMA e a CONABIO e acelerar entregas antes da COP30 do clima (Belém, 2025) e da COP17 da biodiversidade (2026), com foco em **resultados mensuráveis e cooperação federativa.** Seus temas abrangem a agenda global da biodiversidade:

Consulte o Guia ABEMA para mais detalhes.



C - Roteiro Nacional ABEMA para EPAEBs: Trilhas da Transformação

O gráfico abaixo reproduz o **caminho para a produção de uma EPAEB**, como uma trilha na natureza, com passos não necessariamente sequenciais (posto que são iterativos) levando a um "mirante" – uma EPAEB modelo. Mais detalhes são propostos no Guia.

1) Preparar a Jornada — criar condições para começar bem

Objetivo: organizar o ponto de partida, mobilizar atores-chave e acordar escopo, princípios e governança.

Entregas-chave: Diagnóstico inicial, equipe e atores-chave (capacidade de gestão), governança provisória (quem anima a coordenação) e dados e análises consolidadas.

Como fazer:

- Levante rapidamente o contexto (ambiental, institucional, social, econômico e legal), por meio de dados, mapas e listas do que já existe (Unidades de Conservação (UCs) e as Outras Medidas Eficazes de Conservação baseadas em Área (OMECs), bem como o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas (PAN), o Plano de Ação Territorial para a Conservação de Espécies Ameaçadas (PAT), o Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA), o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), iniciativas em curso; projetos e fontes).
- Em paralelo, designe o núcleo coordenador e a rede de apoio.

- Integre dados ambientais e institucionais; registre “quem faz, onde, com que recurso e prazo”; use produtos vivos (*dashboards*, planilhas e mapas).

2) Engajar e Escutar — ampliar vozes e legitimidade

Objetivo: criar conexão e elaborar participativamente a EPAEB com a sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores e agricultoras familiares (PIPCTAFs), setor privado, academia e poder público, garantindo a inclusão equitativa de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e demais identidades de gênero e geracional nos processos de diálogo, tomada de decisão e implementação.*

Entregas-chave: Estratégias de engajamento das partes interessadas (poder público, setor privado, PIPCTAFs, sociedade civil, academia), consultas públicas, oficinas setoriais e intersetoriais, articulação institucional e Plano de Capacitação (transversal).

**Lembrar dos estados vizinhos (corredores ecológicos ou econômicos) e da cooperação descentralizada – com quais estados e governos subnacionais na região ou no mundo seria conveniente cooperar para soluções baseadas na natureza?*

Como fazer:

- Roteiro de engajamento por tema/território; registros públicos e devolutivas.
- Trilha de formação: micro aprendizagem, encontros *on-line* breves, materiais acessíveis (incluindo Libras/legendagem).
- Reativar essa etapa em momentos-chave (diagnóstico, estratégia, validação).

3) Definir a Estratégia — o coração da EPAEB

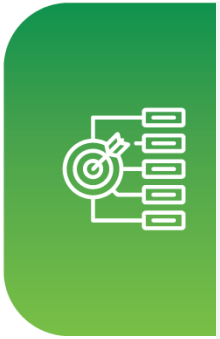
Objetivo: pactuar Missão, Visão, Valores; Objetivos (5–7) com Indicadores de alto nível; OKRs (Objetivos-chave e Resultados-chave) alinhados à Carta ABEMA, Kunming-Montreal e EPANB.

Entregas-chave: estrutura da EPAEB (modelo ao final do documento), Plano de comunicação e Plano de captação de recursos (acesse as cartilhas no Guia Abema para elaboração de Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade – EPAEB) e Prioridades alinhadas (Carta ABEMA + EPANB + Marco Global Kunming–Montreal + Convenções).

Como fazer:

- Redigir a EPAEB em linguagem simples; definir referenciais estratégicos (missão, visão e valores), com base nos 25 compromissos, definir 5–7 objetivos e 1–3 indicadores por objetivo.
- Organizar o Plano de Ação por objetivos (objetivos-chave, resultados-chave, entregas, responsáveis e prazos).
- Priorizar por Impacto×Esforço (vitórias rápidas ≤90 dias e investimentos 6–18 meses).
- Preparar kit de comunicação (mensagens-chave, perguntas-respostas, identidade visual).

4) Implementar com Agilidade — tirar do papel com consistência



Objetivo: executar por ciclos com gestão adaptativa e coordenação em rede.

Entregas-chave: Entregas de curto prazo ("*quick wins*"), facilitação da rotina de gestão da EPAEB (quadro de progresso e ritos ágeis), comunicação dos resultados, celebração das conquistas e plano de comunicação (linguagem cidadã, multicanais).

Dica: alavanque a cooperação com os estados vizinhos e a internacional.

Como fazer:

- Ciclos trimestrais: planejamento → execução → revisão → retrospectiva.
- Quadro ágil e reuniões de acompanhamento; relato público das entregas e aprendizados.
- Combinar "vitórias rápidas" com frentes estruturantes; garantir acessibilidade e salvaguardas.
- Celebrar resultados.

5) Monitorar, Avaliar e Ajustar Cíclica e Continuamente — manter o plano vivo

Objetivo: medir, aprender e corrigir rotas com transparência.

Entregas-chave: avaliações periódicas e sistemáticas (painel/dashboards de acompanhamento, painel público trimestral, relatório anual e revisão bianual; lições aprendidas e replanejamento), **indicadores e resultados monitorados** (governo e parceiros), **reuniões ágeis para avaliação de resultados e ajustes e integração com a Estratégia de Monitoramento da EPANB e indicadores do Marco Global de Kunming-Montreal e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.**

.

Como fazer:

- Publicar dados e promover ciclos de melhoria (painéis trimestrais de entregas e indicadores).
- Revisões anual/bianual com devolutiva pública e atualização do Plano de Ação.

Pense também num Plano de Capacitação enxuto, robusto e transversal:

Propósito: garantir participação qualificada (gestores, técnicos, sociedade civil, setor privado, academia e PIPCTAFs), com acessibilidade, inclusão e respeito a protocolos comunitários/CLPI.

Modelos:

- **Enxuto:** 1 oficina regional (6h) + 3 encontros online (2h) + kit micro aprendizagem; mentoria bimestral; repositório simples.
- **Robusto:** 6 trilhas (40–60h) sobre, por exemplo, gestão de dados com ciência cidadã e certificação com Escola de Governo/Universidade.
- **Governança:** coordenação de capacitações; pontos focais regionais; parceiros técnicos/academia; ouvidoria/canal de escuta.
- **Salvaguardas e riscos:** tradução/legendagem/Libras, materiais off-line; mitigação para baixa adesão, desigualdade digital, rotatividade e conflitos.
- **Diretriz ABEMA/CTBio:** priorize reutilização/adaptação de acervos de capacitações de outros estados (licenças abertas), com crédito e registro de lições aprendidas.

D - Modelo para EPAEB (Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade) – a estrutura básica

Essa versão está simplificada. Acesse a versão com exemplos no "Guia Abema para elaboração de Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade – EPAEB"

1) Termo de Abertura

- **Propósito:** Objetivo maior expresso numa frase com verbo + resultado visível.
- **Patrocínio:** Quais as instâncias e parceiros principais (Secretaria + Comitê Diretivo ou OEMAs).
- **Escopo:** Os processos políticos que entram; os que serão mobilizados em documentos apartados, mas complementares.
- **Alinhamentos com metas, processos e convenções** (KM metas #; EPANB; Carta ABEMA; ODS).
- **Restrições/Suposições relevantes:** incluindo fontes de dados, de orçamento, cooperações, etc.

2) Diretrizes Estratégicas

- **Missão (1 frase):** Para que vem a EPAEB - enunciado claro, inspirador e memorável.
- **Visão 2050 (2–3 linhas):** Explique o que o estado pretende alcançar até 2050.

- **Valores (4–6 termos):** Princípios que guiam a execução (transparência, ciência aberta, equidade, inclusão, integridade ecológica).

3) Áreas Prioritárias (conservação, restauração, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade)

1. **Liste as bases usadas** (MMA/estaduais/MapBiomas/CNUC etc.).
2. **Crie 3–5 critérios** (representatividade, conectividade, integridade, pressão, viabilidade).
3. **Descreva 3–6 blocos territoriais com mapa 1:**50k + nota metodológica.

4) Objetivos Gerais (de preferência, escolha 5–7 mais viáveis ou oportunos)

Defina entre 5 e 7 objetivos gerais, priorizando foco e coerência para evitar excessos. Os pilares devem incluir:(i) proteção e restauração, (ii) práticas sustentáveis e acesso à natureza, (iii) engajamento, (iv) a repartição de benefícios derivados do uso do conhecimento tradicional e de componentes da biodiversidade e (v)finanças e governança. Considere cooperação interestadual ou descentralizada.

5) Indicadores e linha de base – a "T zero"

Propósito: criar um **sistema mínimo viável de decisão** que mostre "onde estamos (T0)", "para onde vamos (metas)" e "se estamos entregando os resultados-chave (RC)".

Referências de conteúdo: Cartilha Benchmark/Parcerias, ODS (230+), GBF (49 "headline" + binários/complementares).

Estratégia: "Simplificação" → selecione poucos programas com indicadores de **alto poder decisório e autonomia de medição no Estado**.

5.1 Princípios de Seleção (use como checklist)

- **Relevância decisória:** muda priorização, orçamento, pactuação ou fiscalização.
- **Mensurabilidade/autonomia:** dados disponíveis e passíveis de atualização pelo Estado (ou acordos formais).
- **Clareza metodológica:** fórmula pública, metadados e série histórica.
- **Cadência factível:** atualização na prática (anual).

- **Rastreabilidade:** evidência objetiva de resultado (ato, shape, relatório, API).
- **Equidade & CLPI:** quando couber, desagregue por território/sujeitos (gênero, PIPCTAFs) e registre salvaguardas.

6) Definir o Plano de Ação

Organizar o plano de ação por objetivos gerais e **definir objetivos-chave (OC), resultados-chave (RC), entregas, responsáveis, prazos e marcos.**

6.1 Portfólio de projetos e iniciativas

Para que serve: transformar os **Resultados-Chave (RC)** em uma **carteira enxuta de iniciativas/projetos** que entregam valor rápido, com priorização objetiva e transparência.

Uma regra simples e objetiva para identificar prioridades – veja detalhes no Guia:

1. **Liste as iniciativas/projetos** vinculados para "carregar" cada RC (uma iniciativa pode atender mais de um RC, mas evite dispersão).

2. **Pontue Impacto** (1–5):

    - 5 = entrega direta do RC/indicador headline, muda política pública ou destrava grande valor.
    - 3 = contribui parcialmente para RC/decisão setorial.

- 1 = ganho marginal/local.

3. **Pontue Esforço** (1–5) (custo/complexidade/tempo/capacidades):

   - 5 = alto (multiatores, norma, TI + infraestrutura).
   - 3 = médio (duas áreas, dados + campo).
   - 1 = baixo (uma área, entrega rápida).

6.2 Riscos (top-3 por objetivo)

Defina os riscos estratégicos, idealmente 3 por objetivo geral. Note as sinergias com a estratégia das Emergências da Biodiversidade (veja abaixo para parcerias, e consulte as cartilhas de parcerias e recursos), ou seja: **que condições e capital será necessário para combater os danos e impactos de eventos prováveis? Como cooperar para cobri-los com estratégias de seguros paramétricos?**

7) Governança, M&A (simples e funcional)

Explique a estrutura e dinâmica da governança e gestão das EPAEBs.

Dica: Consulte os modelos do Guia ABEMA - não esquecer do Monitoramento & Avaliação (M&A).

8) Cooperação e Parcerias

Uma das estratégias mais promissoras para mobilização de recursos e implementação efetiva das EPAEBs. A experiência mexicana da ANAAE (Asociación Nacional de Autoridades Ambientales Estatales) demonstra que projetos estruturantes de escala interestadual, particularmente corredores ecológicos, constituem verdadeiros breakthrough para captação de recursos nacionais e internacionais. No México, a articulação da CONABIO com a ANAAE resultou em **cooperação sistemática com 30 governos estaduais (93% das entidades federativas), produzindo 27 Estudos de Estado, 18 Estratégias e 4 COESBIOs (Comissões Estaduais de Biodiversidade) decretadas**. Um resultado emblemático dessa **cooperação foi a criação do Corredor Biocultural Centro-Ocidente do México (COBIOCOM)**, que articula múltiplos estados em torno de objetivos comuns de conservação e desenvolvimento sustentável.

Modelos de cooperação como esse fortalecem capacidades estaduais individuais e posicionam as associações (nesse caso, a ANAAE) como agências executoras, por exemplo do GEF, o que amplia dramaticamente o acesso a recursos internacionais e confere protagonismo aos governos subnacionais no cenário global. Entre os temas geradores para cooperação entre Estados brasileiros, citamos:

- **Rede de Corredores Ecológicos Interestaduais -** montagem e operacionalização de mosaicos de áreas protegidas e conservadas, com focos iniciais tais como Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia, conectando Unidades de Conservação e Reservas Particulares do Patrimônio Natural através de corredores ecológicos que atravessem fronteiras estaduais, permitindo o fluxo genético entre populações e a adaptação das espécies às mudanças climáticas.
- **Sistema Integrado de Monitoramento da Biodiversidade** – uma plataforma unificada para os 26 estados e o DF compartilharem dados, metodologias e análises do estado da biodiversidade.

- **Rede de Laboratórios de Inovação em Bioeconomia:** centros regionais de Pesquisa & Desenvolvimento focados nas especificidades de cada bioma (Amazônia, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Cerrado).
- **Observatórios de Emergências de Biodiversidade e Mudanças Climáticas:** Sistemas integrados de monitoramento, alerta e resposta usando "Internet das coisas", sensoriamento remoto e Inteligência Artificial para detecção precoce de ameaças e riscos climáticos.
- **Academia de Lideranças Subnacionais para Sustentabilidade:** Programa permanente de capacitação e mentoria de gestores estaduais em governança ambiental internacional, utilizando metodologias diversificadas que incluem intercâmbios, cursos online e mentoria.

9) Orçamento — Visão Estratégica

Um orçamento equilibrado para a elaboração e execução das EPAEBs, como **estratégia de governança e mobilização**, fortalece a capacidade de resposta dos Estados às urgências econômicas, políticas, ecológicas e sociais. Lições aprendidas incluem:

.

- **Recursos próprios** demonstram compromisso institucional e facilitam a aprovação de planos e projetos junto a instâncias governamentais e parceiros externos.
- Muitos fundos e agências exigem **contrapartidas locais para liberar recursos**, o que torna o cofinanciamento uma condição estratégica.
- **Resiliência financeira:** A diversificação de fontes reduz a vulnerabilidade a cortes orçamentários e mudanças de governo.

- **Sinergia entre escalas espaciais:** Conectar a EPAEB a EPANB, e a EPALBs piloto, permite alavancar ações estaduais às metas nacionais da EPANB e aos compromissos internacionais, como as metas de Kunming-Montreal, e estimula a profissionalização da gestão pública, com maior capacidade de planejamento, execução e prestação de contas.

A construção de um orçamento robusto para a EPAEB envolve etapas interligadas, conduzidas com clareza estratégica e articulação interinstitucional. Além disso, recomenda-se adotar, desde a concepção, uma estratégia de alavancagem das políticas e iniciativas já planejadas e em execução no âmbito federal. Essa abordagem — usada na EPANB — catalisa ações que contribuem para as Metas Nacionais, reduz sobreposições e otimiza o orçamento, ao mesmo tempo em que amplia o envolvimento. Muitas vezes, a política nacional tem forte interface com as Metas Nacionais, mas suas ações não estão explicitamente convergentes; o papel da EPAEB é alinhar e amarrar essa convergência. Veja o Guia ABEMA para mais detalhes.

1. Produção de planos e propostas

- Elaboração do diagnóstico estadual de biodiversidade, com base em dados científicos e participativos.
- Definição de prioridades estratégicas, metas e indicadores alinhados à EPANB.
- Redação de planos de ação e projetos estruturantes, com estimativas de custo, cronograma e resultados esperados.
- Tradução dos planos em documentos técnicos e políticos adaptados aos diferentes públicos (governo, bancos, doadores, sociedade civil).

2. Mobilização de recursos internos e contrapartidas

- Identificação de fontes orçamentárias estaduais (FEMA, fundos ambientais, emendas parlamentares, etc.).
- Alocação de recursos humanos e logísticos já disponíveis nos órgãos ambientais.
- Definição de contrapartidas financeiras e não financeiras para atrair cooperação externa.
- Articulação com outras secretarias (planejamento, fazenda, agricultura, turismo) para integrar ações e ampliar o impacto.

3. Parcerias e articulação com financiadores

- Mapeamento de bancos de desenvolvimento, agências de cooperação (GIZ, AFD, JICA), fundos multilaterais (GEF, Green Climate Fund), e instituições doadoras.
- Submissão de propostas técnicas e políticas, com foco em inovação, inclusão e impacto territorial.
- Estabelecimento de acordos de cooperação, termos de referência e memorandos de entendimento.
- Participação ativa em chamadas públicas, fóruns internacionais e redes temáticas.

4. Acompanhamento, transparência e prestação de contas

- Criação de sistemas de monitoramento e avaliação dos recursos e resultados.
- Relatórios periódicos para órgãos de controle, parceiros e sociedade civil.
- Revisão contínua dos planos e orçamento com base em lições aprendidas e novas oportunidades.

- Fortalecimento da governança participativa, com envolvimento de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares e o setor privado.

E- A EPAEB — do papel à prática: compromisso, cadência e cooperação

A EPAEB não é "mais um plano": é o instrumento que alinha ambição global (Kunming-Montreal), diretrizes nacionais (EPANB) e execução territorial com foco em valor público.

A Carta ABEMA oferece o norte (25 compromissos), e as Trilhas da Transformação organizam o caminho iterativo para chegar lá, seja pelo Caminho Essencial (alto impacto, baixo custo) ou pelo Caminho Estruturado (dados integrados, governança robusta).

F -REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO ALEMÃO (GIZ); MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **Projeto "Profissionais do Futuro"**. *In*: Agência de Notícias da Indústria, [s.l.], nov. 2022.

2. AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL (IRENA). **Brasil já responde por 10% dos empregos verdes no mundo**. *In*: CNN Brasil, [s.l.], dez. 2022. Dados compilados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIOINOVAÇÃO (ABBI); SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **Bioeconomia pode somar US$ 284 bi por ano ao faturamento industrial até 2050**. *In*: Brasil 61, [s.l.], mar. 2023.

4. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Dados sobre a biodiversidade brasileira**. *In*: Brasil 61, [s.l.], mar. 2023.

5. FORÇA-TAREFA VOLUNTÁRIA PARA O NOVO BRASIL; SYSTEMIQ; INSTITUTO AYA. **Diversidade econômica, comercial, humana e financeira para a Transformação Ecológica do Brasil**. *In*: NeoFeed, [s.l.], set. 2025.

6. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Relatório sobre remuneração em empregos verdes**. *In*: Nosso Impacto, [s.l.], dez. 2023.

7. GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **COP 30 no Brasil - Prioridades e Temas**. *In*: Planalto, [s.l.], 2025.
8. INSTITUTO AMAZÔNIA 4.0; EY. **Rede de hubs de inovação pode gerar 620 mil empregos verdes e R$ 8,3 bilhões por ano na Amazônia até 2035**. *In*: Times Brasil, [s.l.], out. 2024.

9. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Brasil tem quatro novos projetos aprovados junto aos Fundos de Investimento Climático**. *In*: Governo Federal, [s.l.], set. 2025.

10. MINISTÉRIO DA FAZENDA; BNDES; FUNDO VERDE PARA O CLIMA (GCF). **Governo do Brasil anuncia plano para fundo climático de US$ 1 bilhão**. *In*: Agência Gov, [s.l.], nov. 2025.

11. MINISTRA DO MEIO AMBIENTE MARINA SILVA. **Declaração sobre Plano de Transformação Ecológica**. *In*: CNN Brasil, [s.l.], nov. 2025.

12. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **ONGs reforçam elo entre biodiversidade e clima na COP 30 em Belém**. *In*: ((o))eco, [s.l.], nov. 2025.

13. OBSERVATÓRIO DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **PIB da Bioeconomia cresce 1,03% em 2023**. *In*: BNews, [s.l.], ago. 2024.

14. PARLAMENTO EUROPEU. **Relatório sobre a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030**. A9-0179/2021.

15. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (UNEP). **Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal**. *In*: COP15, [s.l.], dez. 2022.

16. UNIÃO EUROPEIA. **Delivering the European Green Deal - Targets for renewable energy capacity by 2030**. *In*: European Commission, [s.l.], 2023.